

CLASSE SOCIAL, CULTURA E VALORES NO DESEMPENHO ESCOLAR: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

3.1. Introdução

Neste capítulo apresento uma série de estudos empíricos, dos mais recentes aos já clássicos, que abordam o tema da relação entre classe social, ambiente cultural e desempenho escolar.

Em primeiro lugar, procuro mostrar que a controvérsia em torno dos principais determinantes do desempenho - origem social x escola - que aqueceu a literatura educacional brasileira na última década, ainda é atual na literatura internacional, estando longe de chegar a um equacionamento definitivo ou mostrar uma tendência evolutiva.

Em segundo lugar, destaco que a questão da influência da origem social e do ambiente cultural dos alunos sobre o desempenho escolar continua um veio fértil da pesquisa empírica, da mesma maneira que ocorre com a pesquisa sobre os determinantes intra-escolares. Estudos empíricos da atualidade recolocam, seguidamente, como tema de pesquisa, o problema dos valores e da cultura familiar e seu papel no desempenho escolar.

Por fim, apresento alguns estudos clássicos que procuraram dimensionar o efeito da classe social sobre o desempenho escolar e sobre o destino econômico-social dos indivíduos. Foram em parte esses estudos clássicos - mostrando a magnitude e a constância do efeito da classe social sobre mecanismos psico-sociais e educacionais - que levaram a pesquisa empírica a abordar o tema da cultura e dos valores no processo de reprodução social através da escola.

3.2. Origem social x escola: um debate recente

Os estudos realizados por HEYNEMAN (82) no início da década de 80 tiveram grande repercussão na literatura educacional e deram respaldo a novas temáticas da teoria e da pesquisa sobre desempenho escolar. Trabalhando com dados levantados em mais de 20 países e considerando as características sócio-econômicas dos alunos (que denominou de influências pré-escolares) e qualidade da escola e do seu corpo docente (que denominou de influências escolares), Heyneman chega a conclusões surpreendentes sobre o efeito desses fatores no desempenho escolar. Enquanto considerou em conjunto os fatores sócio-econômicos e escolares, ele observou que o seu efeito sobre o desempenho era da mesma magnitude, tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento. Entretanto, ao isolar os fatores sócio-econômico dos escolares, os resultados divergiam em função do nível de desenvolvimento dos países. Nos países de renda per capita alta eram os fatores de origem social os principais responsáveis pela explicação do desempenho (um padrão já anteriormente constatado por pesquisa a nível nacional realizados nos Estados Unidos e Inglaterra). Nos países de renda per capita baixa invertia-se a peso da explicação; nestes sobressaem os fatores intra-escolares na explicação do desempenho.¹ Esta constatação, como já mencionei, contribuiu com um suporte empírico para a pesquisa feita nos países em desenvolvimento que enfatiza mais os aspectos intra-escolares e que obedece as tendências de "nova-sociologia educacional". Essa nova sociologia, segundo Karabel e Halsey, adota uma visão crítica em relação à metodologia quantitativa e dá preferência ao estudo de processos que ocorrem dentro da escola como organização do currículo, atuação do professor, interação professor-aluno, etc. (KARABEL e HALSEY, 77, p. 44-77).

Se os dados e a teoria davam respaldo ao surgimento do "momento da escola" na pesquisa brasileira, a literatura internacional recente sugere que a controvérsia escola x origem social ainda anima a pesquisa educacional. Um debate entre Riddell e Heyneman

¹ O total da variância explicada por fatores sócio-econômicos e escolares fica em torno de 30%. Nos países de renda per capita alta são os fatores de origem social os principais responsáveis por esse percentual enquanto nos países de renda mais baixa sobressaem os fatores escolares. As características da escola explicam 2 a 3 vezes mais a variância do desempenho nos países de renda per capita baixa.

publicado na *Comparative Education Review* (89) ilustra bem a atualidade da questão.

Com base em novos recursos metodológicos permitidos pela metodologia de análise “multi-nível”, recentemente desenvolvida, RIDDELL (89) questiona os resultados obtidos por Heyneman. Segundo essa autora, a prevalência dos fatores especificamente escolares na explicação do desempenho nos países em desenvolvimento teria sido consequência do uso indevido do modelo tradicional de regressão linear. Argumenta que os estudos trabalham com dados que apresentam níveis de análise diferentes: características sócio-econômicas dos alunos (nível individual), características do professor (nível da sala de aula) e características da instituição de ensino (nível da escola). Essas características estão, portanto, hierarquicamente posicionadas e só poderiam ser consideradas simultaneamente com a metodologia de análise multi-nível. Aplicando essa metodologia a um estudo de desempenho em vários tipos de escola do 2º Grau do Zimbábue, Riddell observa que o peso que aparece inicialmente atribuído ao fator escola, reduz-se drasticamente quando as variáveis referentes a origem social dos alunos são introduzidas no modelo. Sua conclusão é de que o uso dessa nova metodologia voltaria a dar mais relevância dos fatores de origem sócio-econômica para os países de um modo geral, e não apenas para os países desenvolvidos.

As influências que moldaram a ciência antes dela atingir escola secundária constituem-se em influências mais significativas sobre o desempenho acadêmico da criança do que os fatores a que ela é exposta na sala de aula - a mesma conclusão a que chegou a pesquisa feita em países desenvolvidos (RIDDELL, 89, p. 491).

Heyneman, em sua réplica, argumenta que o uso da metodologia multi-nível para testar a importância relativa dos fatores sociais e escolares sobre o desempenho exigiria um estudo comparado em que a variação das características escolares para cada país fosse considerada, o que não foi feito por Riddell. A crítica de Heyneman também sugere que a influência da origem social não foi adequadamente dimensionada na análise Riddell, não ficando, portanto, que o seu efeito isolado sobre o desempenho escolar seja substancial (HEYNEMAN, 89).

3.3. A interveniência dos valores e da cultura no efeito da origem social sobre o desempenho escolar

O debate acima descrito indica que a controvérsia em torno da influência da origem social e da escola sobre o desempenho do aluno é antes um desafio à pesquisa do que uma questão resolvida. Desafio esse que parece ter contribuído para a sofisticação metodológica da pesquisa empírica, em ambas as correntes de pensamento. Os pesquisadores preocupados com o papel da escola têm buscado diversificar e caracterizar os processos escolares que poderiam ter relevância para o sucesso escolar. Paralelamente, seguindo uma dinâmica semelhante, os pesquisadores preocupados com o impacto da origem social sobre o desempenho escolar têm também refinado a sua pesquisa empírica. Uma tendência tem sido a de considerar, não apenas as condições sócio-econômicas da família (como renda, ocupação e educação dos pais), mas também mecanismos mais sutis que operariam no âmbito dos valores e da cultura e que poderiam intervir na relação entre as condições sócio-econômicas e o desempenho escolar. Esses aspectos culturais, i.e., valores, atitudes e hábitos, são geralmente associados a uma situação de classe e funcionariam como intermediários da transmissão intergeracional de posições privilegiadas na sociedade.

Há um modelo explicativo básico orientando os estudos empíricos que levam em consideração os aspectos culturais na explicação do desempenho:



Partindo desse modelo básico comum, os aspectos culturais considerados variam de acordo com a linha teórica em que se situa o autor. Entretanto, algumas pesquisas não apresentam uma discussão teórica aprofundada. Isto faz com que a relação entre os conceitos trabalhados e as medidas utilizadas não fique, às vezes, suficientemente clara. Esta fragilidade teórica também resulta em que uma mesma medida possa vir a ser utilizada como indicador de conceitos diferentes. Apesar dessas limitações é possível agrupar os levantamentos empíricos que focalizam a interveniência de aspectos culturais na determinação do desempenho em dois grandes blocos:

- 1) O bloco que enfatiza mais os valores e hábitos educacionais da família;
- 2) O bloco que enfatiza mais o gosto e a familiaridade com alta cultura (como a literatura, a música e pintura) e com o estilo de vida típico de uma elite cultural.

Para introduzir o primeiro bloco de pesquisas acima mencionado, aquele que enfatiza os valores e hábitos educacionais, descrevo uma pesquisa, também na área de estudos comparados, realizada por LOCKHEED, FULLER e NYIRONGO (89). Interessados no desempenho escolar em países do 3º mundo, esses autores consideram que a pesquisa sobre este tema seria enriquecida se uma amplitude maior de indicadores de origem familiar culturalmente válidos, fosse incluída nos levantamentos. Procurando ampliar e contextualizar esses indicadores numa análise do desempenho em matemática entre alunos da 8ª série da Taiândia e da Malásia, os referidos autores incluem medidas referentes à origem social e demográfica dos alunos (educação e ocupação dos pais, nível de renda da comunidade, gênero, etc.) e, também, medidas referente a valores e atitudes dos alunos e seus pais com relação à educação (expectativa e educacional e importância atribuída a educação por pais e filhos, encorajamento dos pais, motivação e esforço despendido pelos filhos nas tarefas escolares). Os resultados dessa pesquisa indicam que o efeito das variáveis de origem social sobre desempenho (pequeno mas significativo) se dá totalmente através do surgimento de valores e atitudes favoráveis a esse desempenho. Ou seja, quando os autores incluem atitudes e valores no modelo explicativo, desaparece o efeito, inicialmente constatado, das variáveis de origem social sobre o desempenho.² Concluem, assim, que:

... o modo como a classe social opera parece consistente. À medida em que as famílias do terceiro mundo ganham status no setor moderno, elas passam a valorizar a escolarização formal e a encorajar as crianças a ter um bom desempenho...

(LOCKHEED, FULLER e NYIRONGO, 89, p. 254)

Observa-se, também, nesse estudo que o gênero do aluno está relacionado a desempenho e a valores educacionais³, sendo que o efeito de gênero tende a desaparecer, da

² A análise de efeito das variáveis de origem sócio-econômicas e demográficas sobre desempenho gera um R^2 de pequena magnitude (0,07). Entretanto, o efeito isolado de algumas dessas variáveis (incluindo educação da mãe e ocupação do pai) é estatisticamente significativo. A consideração de variáveis atitudinais anula a significância estatística das variáveis de origem sócio-econômica.

³ O efeito de gênero sobre desempenho é inicialmente mascarado porque na zona urbana são as mulheres que

mesma forma que o efeito de classe social, quando valores e atitudes são incluídos no modelo explicativo de desempenho.

Além dessas pesquisas na área de educação comparada, estudos que focalizam a questão da estrutura familiar (presença de ambos os pais em casa, relacionamento pais e filhos, nº de irmãos, etc.) também vem dando apóio à idéia de que a origem social do aluno ajuda a predizer o seu desempenho e que esse efeito é mediado, pelo menos parcialmente, por rotinas, hábitos e valores inculcados no ambiente familiar da criança.

Um estudo de MERCY e STEELMAN (82), realizado entre crianças de 6 a 11 anos, considera a origem sócio-econômica, o tamanho da família e as rotinas familiares na explicação do desempenho em testes de habilidade verbal e matemática. Os resultados mostram que o número de irmãos relaciona-se negativamente ao desempenho, um resultado esperado e condizente com a teoria/pesquisa nesta linha de investigação. Entretanto, o peso da explicação do desempenho recai sobre as variáveis sócio-econômicas e sobre as medidas relativas a rotinas de vida da criança. A relação entre origem sócio-econômica das crianças e o desempenho nos testes é significativa⁴, sendo que o poder explicativo do modelo aumenta substancialmente quando medidas relativas à rotina de vida são introduzidas na análise (algumas dessas medidas são: tempo gasto com leitura, tempo gasto com amigos e só, número de atividades em que o aluno se envolve). O estudo mostra também que uma parte do efeito da origem social sobre os testes de habilidade se dá indiretamente, ou seja, através do seu efeito sobre rotinas e atividades. Segundo os autores, esses resultados indicam que classes sociais diferentes estabelecem rotinas de vida diferentes que terão consequências decisivas para o potencial escolar da criança. Assim, aquelas crianças que já têm uma vantagem socio-econômica, vinculada a recursos materiais, são também providas de oportunidades relacionadas aos hábitos e rotinas, o que lhes daria uma vantagem também

obtem melhor desempenho enquanto na zona rural são os homens. Os valores educacionais são todos relacionados a gênero sendo que há maiores expectativas educacionais, mais encorajamento dos pais e mais esforço entre mulheres. Já percepção da habilidade em matemática, percepção da importância da matemática e motivação para o desempenho em matemática são maiores entre os rapazes.

4 O R² entre variáveis de origem sócio-econômica e habilidade fica entre aproximadamente 0,09 e 0,23.

intelectual sobre as demais crianças. Como afirmam os autores:

A transmissão do status social através de gerações pode começar a se estabelecer na infância se as crianças privilegiadas são também providas de oportunidades que dão a elas uma margem de vantagem intelectual sobre as demais.
(MERCY e STEELMAN, 82, p. 540)

Nesse trabalho de Mercy e Steelman também se sustentam observações empíricas que outras pesquisas vêm mostrando: o efeito da origem social é maior sobre o desempenho verbal do que sobre o desempenho em matemática e o efeito da educação da mãe é maior do que o efeito da educação do pai.

THOMPSON, ALEXANDER E ENTWILE (88) também têm na estrutura familiar (presença de ambos os pais na casa e número de irmãos) o enfoque principal de sua pesquisa realizada entre estudantes da escola primária da cidade de Baltimore. Os resultados mostram que a presença de dois adultos em casa é favorável ao desempenho e que o número de irmãos tem efeito pequeno mas negativo sobre o desempenho ao longo do tempo. Entretanto este estudo sustenta que o efeito do fator socio-econômico é mais forte, ocorre ao longo do tempo e também indiretamente através da presença de atitudes favoráveis ao desempenho:

De nossas análises, em que o nível educacional da mãe e a composição familiar foram incluídas, podemos concluir que é o status desvantajoso da mãe, e não a configuração familiar, o fator que mais deprecia o desempenho da criança.
(p. 448)

Desta forma, ao observar o desempenho do aluno ao longo do ano letivo, além de mostrar que o nível educacional da mãe é o preditor socio-econômico mais importante do desempenho, os autores verificam também que a sua influência é de longo alcance, determinando ganhos no desempenho ao longo do ano escolar. Além disso, a introdução de variáveis referentes a atitudes dos pais - expectativas e avaliação de aptidão - juntamente com notas obtidas em disciplinas num momento anterior, indica que o efeito das variáveis de origem social se dá também indiretamente, através de atitudes favoráveis ao desempenho.⁵

⁵ Neste estudo de THOMPSON, ALEXANDER & ENTWISLE há inclusão do fator sexo como variável explicativa, podendo-se observar que esta variável mostra-se significativamente relacionada ao desempenho. Entretanto, os autores não dão destaque a este fato e nem indicam como foi feita a codificação de sexo, não sendo possível deprender das tabelas apresentadas se são os homens ou as mulheres que se desempenham melhor.

Embora focalizando um aspecto específico da estrutura familiar - a presença ou não de ambos os pais no ambiente doméstico - sobre resultados escolares, ASTONE e MCLANAHAN (91) também trazem contribuições para o argumento de que as vantagens financeiras e o “capital humano” dos pais têm que passar por atitudes favoráveis ao estudo e por um relacionamento freqüente e positivo com os filhos para ter efeito sobre o seu desempenho e sobre as suas perspectivas educacionais. Trabalhando com uma amostra extraída de estudantes secundários americanos de mais de mil escolas, os autores utilizam como medidas de atitudes paternas as aspirações educacionais, o acompanhamento, controle e supervisão do trabalho escolar, assim como a comunicação freqüente entre pais e filhos. Todos esses fatores se mostram significativamente relacionados às medidas referentes ao sucesso escolar dos filhos como notas, assiduidade, perspectivas de freqüentar o ensino superior, etc. Entretanto, nesse estudo de Astone e Mclanahan o efeito das variáveis sócio-econômicas sobre o desempenho não é dimensionado porque estas variáveis são utilizadas como medidas de controle num modelo que dá ênfase à estrutura familiar e às atitudes paternas. O destaque da conclusão é para as variáveis atitudinais, incluindo a idéia, para futuros estudos, de uma diversificação maior das medidas referentes à práticas educacionais dos pais. Esses aspectos atitudinais seriam, na sugestão dos autores, um fator decisivo na quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

Um esforço no sentido de trabalhar com uma maior diversidade de valores e práticas familiares que podem influenciar o desempenho é feito por CAPLAN, CNOY e WHITMORE (92). Tendo como objeto de estudo crianças de famílias de refugiados indochineses residentes nos EUA, a pesquisa entrevista crianças em idade escolar e seus pais, aplicando uma bateria grande de perguntas sobre valores, atitudes e hábitos familiares. A análise desses dados destaca, em primeiro lugar, o sucesso escolar dessas crianças que recentemente passaram por um processo de desenraizamento cultural profundo sucesso esse que ocorre a despeito de diversos fatores socio-conômico e demográficos desfavoráveis: famílias morando em zonas pobres de grandes áreas metropolitanas e tendo um número grande de filhos, fatores que tem se destacado pelo efeito negativo que exercem sobre o

desempenho escolar.⁶ Em seguida, os autores analisam os hábitos e valores familiares mostrando que muitos deles parecem contribuir para o sucesso escolar dessas crianças. Entre esses hábitos e valores destacam-se:

- 1) tempo dedicado ao dever de casa (“o dever de casa claramente domina as atividades domésticas durante a semana (sendo que)... as crianças mais velhas, de ambos os sexos ajudam os mais novos” p. 21);
- 2) o hábito dos pais lerem regularmente para os filhos;
- 3) o igualitarismo entre os sexos na execução de tarefas domésticas (“a igualdade entre os sexos mostrou-se um dos mais fortes preditores de média geral” p. 22);
- 4) a valorização do esforço pessoal, a auto-confiança e a crença na capacidade de seus próprios problemas.

Em resumo, a pesquisa com as famílias vietnamitas mostra que o sucesso escolar depende, em grande parte, de valores e práticas familiares favoráveis à educação. E esses valores e práticas não se vinculam às condições sócio-econômicas mas a uma cultura familiar em que haja uma valorização do trabalho escolar. Portanto, segundo os autores, a escola não deve ser a única instituição responsabilizada pelo fracasso escolar nem atuar longe da família.

Valores familiares na educação são também o foco principal de pesquisas que se baseiam na teoria de KOHN (69). Essas pesquisas procuram detectar a presença de um valor específico - a autonomia, i.e., uma disposição psicológica para auto-orientação (self-direction) necessária à flexibilidade intelectual exigida na execução de tarefas complexas na tomada de decisões em situações não previstas. Segundo a teoria de Kohn as classes médias e altas valorizam a autonomia para si e na educação dos filhos porque exercem atividades mais complexas, ocupam posições de comando e preparam os filhos para atividades

⁶ Curiosamente nesta pesquisa número de filhos está positivamente relacionado ao desempenho escolar, contariando os resultados das pesquisas que analisam o efeito da estrutura familiar sobre os resultados escolares, inclusive as pesquisas mencionadas neste capítulo.

semelhantes. As classes baixas, ao contrário, acostumadas a exercer atividades rotineiras e subordinadas valorizam mais a obediência à autoridade e a conformidade como valor para si e na educação dos filhos. Por esta teoria vemos recolocada a relação entre classe e valores que poderão ser decisivos para o desempenho escolar. Kohn e sua equipe vem testando a relação entre classe e valores com adultos, focalizando a experiência de trabalho, e com jovens, focalizando o aprendizado escolar. Esse último tipo de pesquisa será abordado a seguir.

Trabalhando com uma amostra representativa da população de estudantes brancos matriculados em escolas secundárias e universitárias, MILLER, KOHN e SCHOOLER (86) analisam a presença da “autonomia” como uma orientação psicológica geral e também, especificamente, da “autonomia educacional” que significa uma orientação psicológica diante do trabalho escolar: interesse por atividades complexas, uso de iniciativa, reflexão e julgamento independente na execução de tarefas escolares são aspectos da autonomia educacional. Algumas medidas que visam captar esse tipo de autonomia são: escolha de matéria complexas, variedade de fontes de informação utilizadas em trabalhos de pesquisa, complexidade de tarefas extra-curriculares, flexibilidade e liberdade no dever de casa e na relação com os professores. Os resultados apresentados mostram que as condições socio-econômicas da família têm um impacto positivo sobre essa “autonomia educacional” e que esta por sua vez afeta o funcionamento cognitivo do aluno, i.e., favorece um desempenho intelectual mais efetivo. Os resultados indicam também que a autonomia no trabalho escolar aumenta na medida em que os alunos avançam nas séries, ou seja, tende a estar cada vez mais presente no processo de aprendizagem, ficando sugerido que se torna uma necessidade na execução das tarefas características dos níveis mais altos da carreira escolar.⁷ Portanto, embora não lidando diretamente com desempenho em termos de notas, os resultados apresentados permitem supor que a autonomia, característica mais frequentes entre os alunos oriundos das classes mais altas, redundaria num melhor desempenho, pelo menos aquele desempenho necessário para o encaminhamento do aluno a profissões mais destacadas na

⁷ Os resultados das pesquisas de MILLER, KOHN e SCHOOLER mostram que há uma relação entre o gênero do aluno e a autonomia, as mulheres mostrando-se mais autônomas do que os homens.

sociedade.

Como afirmam os autores, a autonomia educacional;

... parece ser um mecanismo básico através do qual o sistema educacional molda as personalidades dos estudantes de maneira consoante com as posições que provavelmente ocuparão na hierarquia da divisão do trabalho. Autonomia educacional pode ser uma ligação crítica entre a escola e os papéis educacionais dos adultos.

(MILLER, KOHN e SCHOOLER, 86, p. 389).

LOOKER e PINEO (83) também utilizam o conceito de autonomia numa pesquisa realizada entre jovens de 17 a 18 anos e seus pais - uma amostra representativa de uma região municipal do Canadá. Considerando o status ocupacional dos pais, os autores procuram, verificar a interveniência de valores - especialmente a autonomia, conforme a definição e as medidas de Kohn⁸, e a aspiração profissional dos pais e das próprias crianças - no processo de realização escolar e nas perspectivas educacionais dos jovens. As análises conduzidas por Looker e Pineo indicam que autonomia é um conceito ligado a status, pois ocorre, com mais incidência, entre pais com status ocupacional alto e entre jovens que tem expectativas profissionais mais elevadas. Entretanto, a relação entre a autonomia dos filhos e a autonomia dos pais apresenta-se, neste levantamento, com valores desprezíveis.⁹ Esses resultados questionam, portanto, que haja um consenso intergeracional de valores, i.é., que valores associados a condições de classe sejam passados de pai para filho como sugere a teoria de Kohn. Pelo menos na interpretação dos autores, isso não ocorreria nessa fase do processo de socialização, i.e., entre jovens de 17 a 18 anos. Portanto, a “autonomia”, nesta pesquisa, não tem condições de funcionar como fator interveniente entre a situação socio-econômica da família e o desempenho escolar e as perspectivas educacionais/profissionais dos filhos. São outras variáveis consideradas pelos autores - auto-conceito e aspirações dos pais e dos filhos - que demonstram funcionar como fatores intervenientes entre o status social e o processo de realização escolar.

⁸ Autonomia foi medida através de uma questão de 13 itens conforme utilizada nos trabalhos iniciais de KOHN e posteriormente reaplicada nos levantamentos feitos pelo seu grupo de pesquisa.

⁹ Os R^2 das relações entre autonomia e as variáveis de status, i.e., ocupação do pai, ocupação da mãe e expectativa profissional do filho são, respectivamente, 0,31, 0,23 e 0,21. Os R^2 da relação entre autonomia dos pais e filhos fica entre 0,07 e 0,09.

De um modo geral, os dados apresentados pelas pesquisas que focalizam os valores/hábitos familiares e sua influência sobre resultados escolares, destacam para a importância desses valores/hábitos: as medidas utilizadas para representar esses conceitos mostram-se, integral ou parcialmente, relacionadas ao desempenho escolar. Já com relação ao argumento geralmente apresentado, de que esses valores e hábitos são um intermediário entre as condições socio-econômicas da família e o sucesso escolar, a maioria das análises o sustenta, mas algumas o questionam. A pesquisa entre vietnamitas e o estudo do Looker e Pineo são exemplos desse questionamento ao sugerir que valores, necessários para o bom desempenho escolar e para melhores perspectivas profissionais, podem se desenvolver independentemente de condições socio-econômicas favoráveis e justamente por isso contribuem para quebrar ciclos intergeracionais de pobreza.

Um outro grupo de pesquisas empíricas recentes lida com o conceito específico de "capital cultural" como fator interveniente da relação entre classe social e desempenho escolar. Baseadas na teoria de PIERRE BOURDIEU (77), essas pesquisas procuram detectar sobretudo a presença de determinados padrões estéticos entre os jovens, i.e., a sua receptividade à arte erudita que se expressa na literatura, música e artes plásticas. O capital cultural também pode se aplicar a uma gama extensa de preferências expressas em hábitos, padrões de consumo, estilos de vida, etc., características do grupo dominante na sociedade (nesta acepção do conceito, os estudos sobre capital cultural se aproximam dos estudos que focalizam valores e atividades familiares). Segundo a teoria de Bourdieu, que será apresentada e discutida no próximo capítulo, o capital cultural é uma roupagem que é vestida pela classe dominante e que serve para distingui-la e para garantir para si as posições mais prestigiadas na sociedade. Assim, os jovens que, no ambiente escolar, mostram-se detentores desse capital cultural teriam melhor desempenho e também, melhores perspectivas profissionais, independentemente de suas habilidades específicas. Diversas pesquisas, realizadas em diversos países, mostram a atualidade desse tema na análise do desempenho escolar.

Um estudo aplicado a uma amostra nacional de alunos do último ano do segundo grau

na Grécia (KATSILLIS e RUBINSON, 90) utiliza como medida de capital cultural a participação dos jovens em atividades culturais: frequência a teatros e conferências, visitas a museus e galerias de arte. Os autores incluem também gênero como um aspecto de origem social e medidas referentes a esforço e habilidade como variáveis intervenientes no processo de realização escolar. As análises mostram que, inicialmente, considerando apenas o efeito da origem social sobre o desempenho, o status sócio-econômico e o gênero do aluno mostram-se significativos, i.e., alunos de status mais altos e as mulheres se desempenham melhor.¹⁰ A inclusão, a seguir, dos aspectos culturais não ajuda na predição do desempenho e nem altera o efeito dos aspectos sócio-econômicos. Entretanto, com a introdução de hábitos de estudo (esforço) e habilidade há um aumento na predição do desempenho e, simultaneamente, redução do efeito do status e do gênero.¹¹ Esses resultados sugerem aos autores que o status social da criança se relaciona a desempenho, não através capital cultural, mas através de hábitos e habilidade, uma interpretação que aproxima a pesquisa de Katsillis do conjunto de trabalhos anteriormente mencionados que dão ênfase a hábitos/valores familiares. As análises conduzidas revelam, também, que o efeito do gênero das crianças sobre desempenho é intermediado pelas medidas de esforço e habilidade: a maior dedicação das mulheres ao trabalho escolar é o que explica as diferenças de gênero no desempenho. Na conclusão, Katsillis e Rubinson chamam atenção para o fato de que a literatura sociológica tem assumido que a origem social deixa de ser considerada um fator determinante do desempenho quando este é explicado por habilidade e esforço. Entretanto, como esses fatores aparecem no seu estudo como mediadores da relação entre origem social e desempenho, os autores sugerem que um processo de reprodução social existe através do desenvolvimento de habilidades e hábitos.

Se o trabalho acima mencionado considera o hábito de estudo como uma medida que

¹⁰ Na análise feita, posteriormente, considerando separadamente o desempenho em quatro disciplinas, observa-se que o efeito de gênero é significativo para linguagem e história, deixando de sê-lo para matemática e ciências.

¹¹ No estudo de KATSILLIS et al., embora status sócio-econômico e sexo sejam significativos, o R^2 da relação entre origem social e desempenho é de apenas 0,131. A introdução das variáveis culturais praticamente não altera esse resultado ($R^2 = 0,138$) e não apresenta significância estatística. Entretanto, com a inclusão de hábitos de estudo o R^2 passa para 0,243 e, incluindo habilidade, passa para 0,607.

escapa ao conceito de "capital cultural", outra pesquisa, de FARKAS, GROBE, SHEEHAN e SHUAM (90), o inclui especificamente como um aspecto deste conceito. Para esses autores, o capital cultural não se restringe a uma cultura de elite mas inclui também "hábitos, habilidades e estilos de um modo geral". Assim, analisam, como medidas de capital cultural obtidas através do julgamento do professor, os hábitos de estudo do aluno como empenho no dever de casa, participação na sala de aula, esforço e organização. Incluindo essas medidas e outras referentes a origem social e desempenho, analisam uma amostra de alunos de 7ª e 8ª séries de uma zona pobre de uma cidade americana. Os resultados obtidos se assemelham aos da pesquisa descrita anteriormente: as variáveis referentes à origem social do aluno são significativas na explicação do desempenho. Entretanto, a introdução de hábitos de estudo e habilidade reduz à insignificância o efeito de origem social e, simultaneamente, aumenta o poder explicativo do modelo, sendo que hábitos de estudo tem mais peso do que habilidade na explicação do desempenho.¹² A pesquisa de FARKAS também dá destaque ao fato de que a relação inicialmente observada entre gênero e desempenho (mulheres apresentam melhores resultados) é quase inteiramente mediada pelos recursos culturais considerados. E como nesta pesquisa a avaliação dos hábitos é feita pelos professores, ela deixa a sugestão de que as mulheres são pre-julgadas favoravelmente, com relação a esses hábitos.

As duas pesquisas sobre capital cultural até aqui mencionadas, tem em comum o fato de trabalharem com hábitos de estudo - considerados ou não como uma dimensão do capital cultural - e de enfatizarem que esses hábitos, mais do que uma cultura de elite, são os fatores culturais decisivos na explicação do desempenho. Além disso, metodologicamente, ambas as pesquisas observam a intermediação dos aspectos culturais na relação entre classe e gênero sobre desempenho. Outros estudos que lidam com o conceito de capital cultural, utilizam sobretudo o consumo e interesse pela arte erudita como indicadores do conceito e, metodologicamente, se detém mais na interação entre classe social e gênero para explicitar o

¹² Na pesquisa de FARKAS et al., as variáveis referentes a origem social, incluindo gênero, são estatisticamente significativas gerando, entretanto, um R^2 de pequena magnitude e, coincidentemente, idêntico ao da pesquisa anteriormente mencionada ($R^2 = 0,131$). A consideração de hábitos de estudo e habilidade aumenta o R^2 para 0,737.

efeito da cultura sobre o desempenho escolar.

LAMB (89), num estudo feito entre estudantes secundários de Melbourn, mostra que os indicadores de capital cultural utilizados - frequência a exposições de arte - se relacionam diferentemente a origem social e a planos educacionais dos jovens, quando analisa separadamente os dados para homens e mulheres. Primeiramente, observa uma relação mais forte entre classe e consumo cultural para os homens do que para as mulheres. Em seguida, mostra que, no caso dos homens, o capital cultural intermedia o efeito de classe social sobre o desempenho pois a relação, inicialmente significativa, entre origem social e planos educacionais deixa de sê-lo quando as variáveis culturais são consideradas. Além disso, para os homens, as variáveis culturais aumentam muito o poder explicativo do modelo. Para as mulheres, entretanto, a situação é diversa. Embora ainda significativo e interveniente, para elas "o consumo cultural não se mostra um tão bom preditor dos planos de educação superior como se mostra para os homens" (LAMB, 89, p. 105).¹³

Diferenças de gênero no efeito de classe sobre o capital cultural já haviam sido detectadas anteriormente por Dimaggio, o principal responsável pela introdução, nos EUA, da teoria e da pesquisa empírica baseadas no pensamento de Bourdieu. Num estudo realizado entre alunos do 2º grau verifica o desempenho escolar e mensura o capital cultural dos adolescentes pelas suas atitudes, informações e atividades nas áreas de arte, música erudita e literatura (DIMAGGIO, 82). Considerando, inicialmente, os efeitos da origem social e da cultura sobre o desempenho, as análises mostram que, para ambos os sexos, a educação do pai não tem qualquer efeito sobre o desempenho, mas habilidade e capital cultural mostram-se significativos. Ao considerar, a seguir, a relação entre cultura e desempenho, controlando pelo nível educacional do pai, Dimaggio observa efeitos diferentes

¹³ No trabalho de LAMB a regressão de educação dos pais sobre aspirações educacionais dos homens é 0,299, sendo que apenas ocupação do pai apresenta significância estatística ($p < .01$). A inclusão de consumo cultural, além de características escolares, aumenta o R^2 para 0,483, sendo que consumo cultural é o único coeficiente com significância estatística ($p < 0,001$). Na regressão feita para o grupo de mulheres os valores de R^2 passam de 0,243 para 0,288 sendo que a significância de consumo cultural é de apenas 0,01. Buscando uma explicação para essas diferenças de gênero o autor sugere que para as mulheres o fator cultural é menos discriminatório: elas tendem a fazer curso superior (mulheres 53,0%; homens 37,2%) independentemente da bagagem cultural que possuem. A razão para essa diferença de perspectivas educacionais estaria no maior nível de desempenho e nas menores oportunidades de trabalho para as mulheres australianas.

para homens e mulheres. Entre os homens, o efeito do capital cultural só emerge quando o nível educacional dos pais é baixo. Entre as mulheres, entretanto, o efeito do capital cultural sobre o desempenho é sempre significativo, sendo que esse efeito aumenta à medida em que cresce o nível educacional dos pais (o maior efeito é para as meninas cujos pais frequentaram a universidade). Esses resultados sugerem ao autor que para os homens o capital cultural funciona como um mecanismo de mobilidade social e não de reprodução social. Já entre as mulheres o modelo de reprodução social parece prevalecer.¹⁴

Em síntese, as pesquisas de Lamb e Dimaggio se aproximam por mostrar que para verificar melhor o efeito de classe social sobre cultura e desempenho é preciso considerar o gênero dos alunos, pois o impacto de classe e cultura diverge para os dois grupos de gênero (essa consideração do gênero se deve menos a uma preocupação teórica do que a uma constatação empírica). Entretanto, os resultados a que chegam são aparentemente contraditórios. Enquanto um estudo mostra que o capital cultural é sobretudo significativo para as mulheres, o outro indica que a atuação da classe social através do capital cultural é mais relevante para os homens. Na busca de uma explicação para essa contradição seria preciso considerar que, enquanto um autor procura explicar o desempenho escolar, o outro focaliza os planos educacionais. Eventualmente, os efeitos da classe social e do capital cultural seriam diferentes para esses dois momentos da vida educacional, sendo que esses dois momentos poderiam ter significados diferentes para os dois grupos de gênero.

Não é apenas a pesquisa quantitativa que tem trazido suporte à teoria do capital cultural; também o trabalho qualitativo tem sido destacado. LARAU (89), por exemplo, observa durante seis meses duas turmas de alunos: uma numa escola de classe média alta, outra numa escola de classe baixa. Comparando o comportamento de crianças, de pais e da instituição escolar nos dois ambientes, a autora conclui que o capital cultural dos pais de

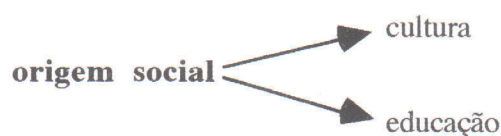
¹⁴ O R^2 da regressão de habilidade, educação do pai e cultura sobre a média geral é 0,1228 para homens e 0,1897 para mulheres. Considerando apenas os pais com educação superior o R^2 para homens é 0,0702 e para mulheres é de 0,2034. Embora não teorize inicialmente sobre essa interação entre classe e gênero no efeito do capital cultural, DIMAGGIO conclui que: “numa sociedade em que os homens monopolizam carreiras e controlam os recursos materiais nelas envolvidos, torna-se muito importante para as mulheres distinguirem-se fundamentalmente através de mercados culturais ... as mulheres se envolvem em carreiras contingencialmente e, mais do que os homens, elas são avaliadas e recompensadas na base de critérios difusos e adscritos ...” (DIMAGGIO, 1982, p. 198).

classe média influi significativamente nos resultados escolares dos filhos. Mais preparados para participar da educação dos filhos, em casa e na escola, os pais de classe média transferem as suas vantagens aos filhos na medida em que utilizam esse capital cultural na situação escolar. Um dos casos descritos mostra os procedimentos diferentes de duas mães - uma da classe média e outra da classe baixa - na superação de dificuldades de aprendizado dos filhos. A primeira demonstra estar mais informada e ter iniciativa e liderança ao participar de atividades escolares, ao conseguir aulas de recuperação para o filho, além de acompanhar o dever de casa. A segunda acata, passivamente, as decisões da escola. O resultado é que crianças com dificuldades aparentemente semelhantes terminam em situações diferentes: uma volta à classe regular e a outra é encaminhada a uma classe especial, onde terá provavelmente perpetuada a sua situação de deficiência.

De um modo geral, nos estudos sobre capital cultural até aqui mencionados, a relação entre classe social e cultura não é tão forte quanto o previsto pela teoria. Por outro lado, os aspectos culturais, tanto nos estudos que enfatizam valores/atitude familiares, quanto naqueles que focalizam uma cultura de elite, destacam-se sempre como preditores importantes dos resultados escolares. Além disso, na maioria das pesquisas fica explícito ou implícito que é através da cultura que se dá o efeito (embora pequeno) da classe social sobre o desempenho. Ou seja, enquanto a interveniência da cultura não é submetida a um teste empírico, ela pode ser considerada como uma decorrência lógica da teoria ou um pressuposto da pesquisa. Portanto, o modelo explicativo básico, anteriormente mencionado em que se coloca a sequência causal, classe social → cultura → desempenho é pelo menos parcialmente sustentado (no estudo de Dimaggio é questionado apenas para os homens).

Embora não se aplicando especificamente a desempenho escolar, um estudo de DE GRAAF (86) questiona esse modelo da interveniência da cultura nos resultados educacionais. Utilizando dados de um survey sobre qualidade de vida realizado na Holanda, o autor examina o efeito de origem social e cultura sobre o nível educacional atingido pelos indivíduos. Trabalhando com coortes de idade, De Graaf pode examinar o efeito desses fatores considerados ao longo do tempo. As medidas de capital cultural utilizadas foram:

visitas a bibliotecas, horas dedicadas a leitura, frequência a teatros, museus e edifícios históricos. As análises realizadas indicam que o efeito do status sócio-econômico da família sobre a educação se mantém estável ao longo dos tempos, o mesmo ocorrendo com a relação entre a participação em atividades culturais e o status sócio-econômico da família. Portanto, para o autor, a tese de Bourdieu é sustentada, pois a níveis educacionais e profissionais mais altos corresponde uma cultura de status que lhes é própria. Entretanto, a relação dessas variáveis culturais com o nível educacional, que parece inicialmente alta, é totalmente espúria. Background social, neste estudo, explica a cultura e a educação, mas a cultura não é fator interveniente no processo.¹⁵ O modelo explicativo alternativo que emerge da análise de De Graaf é:



Este modelo alternativo especifica que a origem social influi no capital cultural e no nível educacional, mas não é o capital cultural que vai proporcionar as oportunidades educacionais. Apenas os dois fatores, cultura e educação decorrem do status familiar.

3.4. Estudos Empíricos Clássicos

A literatura que discuto acima pode ser considerada uma das vertentes de pesquisa que se desenvolveram a partir de uma série de estudos empíricos que, tendo início na década de 60 e já agora considerados os estudos clássicos, fundamentaram a sociologia educacional. A abordagem que farei aqui desses estudos é largamente influenciada pela revisão também já clássica apresentada por Karabel e Halsey em "Power and ideology in education" (77) e também por Halsey et al. em "Origins and destinations" (80).

¹⁵ No estudo de DE GRAAF, a relação entre status sócio-econômico e nível educacional é 0,337 para a coorte mais velha e 0,189 para a mais jovem. A relação entre status sócio-econômico e cultura é 0,65 para a coorte mais velha e 0,59 para a mais jovem. A relação inicialmente encontrada entre cultura e educação ficou entre 0,44 e 0,41, para as coortes mais velha e mais jovem, respectivamente. Essa relação entre cultura e educação mostrou-se, posteriormente, espúria.

Um dos interesses principais da pesquisa em sociologia da educação tem sido sempre o de examinar a relação existente entre a origem sócio-econômica dos indivíduos e os resultados educacionais ou ocupacionais atingidos. O exame dessa relação é motivado pela preocupação com a igualdade de oportunidades educacionais e tem interessado pesquisas com características ideológicas e de argumentação bem diversas.

Segundo HALSEY et al. (80) a pesquisa empírica oscila entre duas teorias básicas sobre educação. Uma teoria, que chamou de "otimismo-liberal" e que também poderia ser chamada de teoria da fluidez social, considera que a sociedade, com o desenvolvimento tecnológico, a especialização crescente das atividades profissionais e as exigências da eficiência econômica, necessita maximizar os seus recursos humanos. Portanto, as sociedades devem caminhar para uma desvinculação crescente entre a origem sócio-econômica dos indivíduos e a sua educação pois os critérios adscritos na seleção de indivíduos para ocupar as posições mais valorizadas cederão lugar aos critérios universalistas de competência e esforço individual. Assim, a fluidez entre as classes sociais estará garantida, a longo prazo, pela modernização da sociedade e, a curto prazo, por políticas educacionais consistentes. Sob essa ótica interessa descrever a relação entre a origem sócio-econômica e os resultados educacionais obtidos: uma relação fraca ou tendendo a diminuir seria um indício positivo de que a sociedade analisada caminha em direção à modernidade e à racionalidade econômica que exigem fluidez entre as classes sociais; uma relação alta seria um indício negativo de atraso da sociedade e de suas políticas educacionais.

A segunda perspectiva teórica é denominada por Halsey de Teoria da Reprodução e também poderia ser chamada de pessimismo-determinista pois vê a manutenção de algumas características estruturais da sociedade como o reflexo necessário da supremacia de determinados grupos ou classes sociais que tendem a "reproduzir" seus privilégios de uma geração a outra a despeito de mudanças econômicas, como a modernização industrial, mudanças políticas, como a democratização do processo eleitoral, ou mesmo mudanças sociais, como a universalização do acesso à escola. Isto porque as classes privilegiadas

dispõem de diversos tipos de mecanismos, que operam em vários níveis, inclusive ao nível cultural, para garantir a sua supremacia: além de recursos econômicos, sociais e políticos, possuem padrões culturais diferentes e desenvolvem formas de socialização para suas crianças de modo a adaptá-las psicologicamente e socialmente a ocupar posições típicas às suas condições de classe. E a escola, apesar de abraçar princípios democráticos como o sistema do mérito, é preparada para selecionar, não o mais capaz, mas aquele que expressa, cultural e psicologicamente, uma posição social destacada. Assim, o quantum de relação existente origem social e resultados educacionais indicaria o quantum de privilégio social está sendo mantido, acionado por diversos mecanismos culturais, além daqueles acionados nas outras esferas da vida social.

Considera-se geralmente, que o princípio da fluidez social é subretido sustentado pela sociologia americana, especialmente pelos estudos empíricos realizados nesse país que adotam uma metodologia quantitativa sofisticada. O marco inicial desses estudos é o trabalho de BLAU & DUNCAN (67) que, introduzindo a análise de trajetórias (path analysis) na sociologia, procura dimensionar o quanto a origem social e a educação determinam a posição ocupacional alcançada pelo indivíduo. Analisando essas informações para os Estados Unidos concluem que a sociedade americana caminha na direção do universalismo parsoniano e da fluidez social na medida em que, embora a herança social tenha o seu peso, ela se dá através da educação: a situação profissional não é determinada apenas pela posição social de origem mas exige, também, o investimento educacional. COLEMAN (66) focalizando a qualidade das escolas e o desempenho educacional de alunos com característica socio-econômicas e raciais diversas também se torna um marco da sociologia educacional. Se por um lado demonstra que as escolas americanas fornecem oportunidades semelhantes a indivíduos de origens sociais e raciais diferentes, o que poderia contribuir para o argumento da fluidez, por outro lado demonstra também que a desigualdade vai reaparecer nos resultados finais: embora aplicando igualmente os seus recursos, a escola não consegue igualdade de resultados, pois é a origem social e não a qualidade da escola que vai pesar mais sobre o desempenho e perspectivas educacionais do jovem americano. JENKS (72) focalizando a renda reforça o argumento de Coleman sobre o papel reduzido da escola como

determinante do sucesso individual mas, também, ao contrário de Coleman e Duncan, destaca para a pouca influência total da origem social na explicação da renda. Jenks dá destaque ao fato de que essas variáveis sócio-econômicas deixam muito ainda a ser explicado e atribui o sucesso econômico ao mero acaso. Para reforçar esse argumento demonstra que a equalização da educação dos indivíduos não teria efeito substancial sobre a equalização da renda. O último exemplo clássico da linha empirista associada à teoria da fluidez que cito aqui é o chamado "modelo de Winsconsin". Obtendo dados sobre uma amostra de habitantes do estado de Winsconsin em dois períodos no tempo, SEWELL & HAUSER (75) desenvolvem um modelo mais complexo para a explicação da educação, ocupação e da renda, também denominado de modelo psico-social do sucesso socio-econômico. Neste modelo estão presentes diversos tipos de variáveis: variáveis referentes à origem social do indivíduo (ocupação, educação e renda dos pais), variáveis referentes à características pessoais (capacidade, desempenho) e variáveis referentes ao ambiente de relação interpessoais (atitudes e opinião da família, dos amigos e professores). As análises desenvolvidas mostram que a origem social tem efeito direto e indireto sobre o sucesso do indivíduo. Ou seja, a origem social continua a exercer sua influência mesmo quando o efeito da capacidade individual e dos outros fatores psico-sociais está controlado. As análises também, indicam que o efeito da educação do indivíduo sobre o seu sucesso econômico não é tão destacado quanto esperaria a análise de Duncan: a renda do indivíduo permanece parcialmente garantida pelo efeito direto da posição social de origem, sem passar pelo investimento educacional. Esses resultados, que serviriam até para refutar o modelo da fluidez são contrabalançados, entretanto, pelo destaque dado às variáveis referentes às características individuais: a capacidade, o desempenho escolar e as aspirações contribuem com uma parte da explicação do sucesso individual. Assim, no modelo de Wisconsin reforça-se a idéia de que a fluidez social é até certo ponto garantida pelo mérito individual. Entretanto, o papel igualmente relevante dos processos de socialização (incentivo de pais, relações de amizade e professores) mediando a influência da origem social recolocam na discussão os determinantes psico-sociais do sucesso individual que acompanham a herança sócio-econômica.

Em resumo, os resultados dos estudos empíricos clássicos atribuídos à teoria de fluidez reforçam, tanto quanto refutam, a idéia da reprodução social. Há nessas análises um equilíbrio entre os determinantes sociais e individuais, sendo que o modelo de Wisconsin parece abrir caminho para o estudo do modo como a origem social opera a nível micro-social, i.e., ao nível do processo de socialização que inclui os valores, as expectativas e a cultura de classe. Entretanto, falta a esses estudos uma teorização sólida que integre os processo micro (psico-sociais) aos processos macro (situação de classe). Por isso, alguns autores consideram que o modelo de Wisconsin, por exemplo, tem uma linha teórica mais psicológica do que sociológica (WILSON & PORTES, 75).

As limitações teórico-metodológicas desses estudos empíricos foram aos poucos sendo apontadas, tanto por revisões de análise empírica quanto pelos novos enfoques teóricos ligados à teoria de reprodução. A revisão da análise empírica mostra que certos dados não foram inicialmente enfatizados, como a estabilidade da herança social ao longo do tempo e, também que resultados semelhantes deram margem a interpretações diferentes. Assim, na visão liberal-otimista a tendência mais comum seria a de minimizar a força da origem social quando ela está substancialmente presente (HALSEY, 78, cap. 1).

A teoria da fluidez social passa a ser tipicamente e enfaticamente refutada por autores que, utilizando uma linguagem radical, aplicam a idéia da reprodução social ao exame da situação escolar, como BOWLES & GINTIS (76). Nutrindo-se da teoria de Melvin Kohn, esses autores sustentam que o desempenho inferior apresentado por alunos de classe baixa na escola reflete, não sua capacidade intrínseca, mas um processo de socialização na família e na escola através do qual valores e traços de personalidade são desenvolvidos de modo a preparar o indivíduo a assumir posições subordinadas na sociedade. Para dar força a esse argumento os autores mostram que o Q.I. tem pouco efeito sobre o sucesso econômico na sociedade americana. E a escola contribui de modo nefasto para essa baixa relação na medida em que a experiência escolar não existe para destacar os mais capazes mas para legitimar as desigualdades de classe: a passagem pela escola permite à sociedade atribuir ao mérito as diferenças sociais que são, na verdade, socialmente pré-definidas, como é o caso do sucesso

acadêmico e econômico da classe privilegiada.

Enquanto Bowles & Gintis focalizam valores, relacionando-os a situações de classe, de um modo geral, e à situação educacional, em particular, outros autores na linha reprodutivista, como Bernstein, Collins e Bourdieu, são exemplos clássicos de trabalhos empíricos na linha cultural, trabalhando com linguagem, erudição e hábitos. Esses traços culturais são analisados pela contribuição que dão à seleção social, i.e., facilitando o desempenho e as perspectivas educacionais da classe privilegiada. BERNSTEIN (73) destaca a relação existente entre a situação de classe e o domínio de um código linguístico elaborado que será valorizado na situação de aprendizado. COLLINS (71, 79) não analisa diretamente a escola mas, através da análise de comportamento de empregadores, procura mostrar que o sucesso profissional depende muito menos de conhecimento técnico e mérito e muito mais de volubulário, estilo, gostos etc. BOURDIEU (77, 84) investiga a relação entre características sócio-econômicas e a participação/interesse pela cultura erudita ou a relação entre origem sócio-econômica e o sucesso educacional.

Os estudos mencionados acima apresentam dados quantitativos, i.e., análises estatísticas que corroboram com os seus argumentos. Entretanto, a maioria dos autores clássicos que focaliza a reprodução cultural são também, inclusive Bernstein e Bourdieu, responsáveis por uma reação ao quantitativismo nas ciências sociais, questionando a validade das medidas estatísticas e apontando para a aridez teórica desses trabalhos empíricos que muitas vezes mascara uma vinculação ideológica com o princípio da fluidez social. Assim, os estudos sobre reprodução cultural são ainda frequentemente associados a uma linha qualitativa, com faz a etnometologia e como valoriza atualmente a sociologia educacional no Brasil.

A avaliação desses estudos clássicos sobre reprodução cultural, entretanto, já pode ser feita à luz dos estudos empíricos que apresento na primeira parte deste capítulo. Sob essa luz vê-se que os estudos clássicos sobre reprodução cultural têm o mérito de promover uma integração teórica entre o que ocorre a nível micro-social (como valores, hábitos, gostos etc.) e processos macro-sociais (estrutura de classes), além de apresentar uma crítica

contundente ao empiricismo clássico, muitas vezes excessivamente descritivo e a-teórico. Entretanto, ou pelas limitações da análise qualitativa, circunscrita a estudos do caso, ou pela pobreza da análise quantitativa que apresentam, os teóricos clássicos da reprodução não chegam a uma sustentação empírica sólida da teoria que abarcam. Provavelmente por esses motivos apresentados, surge uma leva de empiristas mais radicais que vão aliar teorias reprodutivistas a análise estatística mais sofisticadas e fornecer uma nova linha de pesquisa à sociologia da educação. Contribuem para esta linha de pesquisa, estudos como os de Halsey e Husén.

HALSEY (80), analisando dados de um survey realizado na Inglaterra, mostra que a classe social e as características culturais da família se relacionam a tipo de escola freqüentada pelos filhos, sendo que tipo de escola parece determinar os anos de escolarização, assim como as prespectivas de passagem para o 3º grau. Há portanto, na Inglaterra, uma herança social forte, fortalecida pelo ambiente cultural da família, embora essa herança se expresse mais nas escolhas iniciais (tipo de escola) do que ao longo da carreira escolar: o efeito da origem social tende a desaparecer ao longo do tempo e não se mantém dentro de carreiras específicas. HUSÉN (75, 77), mostrando que as escolas seletivas na Suécia não contribuem para minimizar o efeito da classe social, luta pela escola compreensiva, que não seleciona por desempenho e que garante uma maior integração cultural entre as classes sociais. Os trabalhos de Halsey e Husén, são exemplos da possibilidade de uso de uma metodologia quantitativa sofisticada desvinculada de uma ideologia conservadora. Ao contrário, os estudos apresentados por esses autores enfatizam mais a reprodução social através da cultura. São esses estudos, já clássicos, juntamente com outras contribuições na área de estratificação social, como a busca de novas medidas empíricas para os conceitos de classe e mobilidade social (WRIGHT, 77; BOUDON, 74), que vão dar respaldo teórico e metodológico aos estudos empíricos mais recentes abordados no início deste capítulo focalizando a relação entre classe social, capital cultural e resultados educacionais. Esta linha de pesquisa contribui para liberar a metodologia quantitativa da pecha de liberal e ao mesmo tempo para liberar a pesquisa educacional de sua linguagem radical.